

"OS ESTUDANTES E OS PAVÕES AUTORITÁRIOS"

J.F.Regis de Morais

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Quem são os estudantes ? Na verdade, quem são esses que a sociedade industrializada coloca dentro da categoria vaga de **estudantes** ? Na revolução estudantil de 1968, em Paris, havia uma palavra de ordem muito curiosa: "Sejamos realistas: exigamos o impossível". São loucos os estudantes ? ou se fazem gratuitamente de doidos ? Todos nós, os que já nos amoldamos de alguma forma aos modelos vigentes de conduta, temos um pouco de medo dos estudantes.

Eles são disponíveis, e isto nos incomoda. São criativos, e isto nos mete pânico. Afinal, criatividade implica riscos e os ajustados e comprometidos com a ordem vigente não gostam de riscos. Com poucas exceções, a vida estudantil é o momento desvinculado que um dia vivemos, é a hora libertada das prisões sociais em que ficamos gostosamente atrevidos. Não se trata de um atrevimento parcial e estudado; trata-se de nos atrevermos a "exigir o impossível". Por quê ? Porque a **utopia** é o que movimenta a vida do estudante, não no sentido pejorativo que o termo possa ter (utopia como realidade inalcançável), mas em seu sentido rico: utopia como aquilo que **ainda não** teve lugar, mas no que se acredita com juventude e decisão.

Hoje há um conflito constante entre estudantes e estruturas (educacionais, políticas, econômicas). Esta é a hora em que as cabeças envelhecidas — e esta velhice pouco tem a ver com cronologia — entram em parafuso. Uns suspiram: "já não é admissível essa crise !" outros têm ímpetos de chamar a polícia e atirá-la contra os estudantes (os mais que velhos, os caquéticos de trinta ou sessenta anos). Poucos se apercebem de que o conflito é a morada da vida, de que as coisas vão muito mal é quando não está acontecendo nada. A vitalidade de um grupo social mede-se pela sua coragem de não escamotear os conflitos que subjazem à vida.

Os estudantes vêm muito bem que as coisas estão críticas, mas querem **participar** da crise, não para ficar, como os intelectuais e as velhas, alisando e penteando a crise, mas para exigir o impossível. Não será que eles, muitas vezes afastados de Deus sabe-se lá por que hipocrisias institucionais das religiões, intuem mesmo assim o dizer evangélico: "os impossíveis dos homens são possíveis para Deus" ? E como esta é uma fase em que se sentem os deuses da liberdade, assumem a possibilidade do impossível.

Ao comprido dos séculos, movimentos estudantis têm motivado guerras grandes e pequenas, têm abalado governos, têm criado novas perspectivas para se pensar a educação. E estamos convencidos de que a maior escola do estudante é a escola da **participação** social. Este é um ponto de vista que os autoritarismos não perdoam, uma vez que todo autoritário é mecanicista e quer ver a vida funcionando como a grande orquestra das indústrias: cada **peça** da maquinaria cumprindo sua função e reduzida exclusivamente à insignificância da sua função. Não dizem sempre: "estudante é para estudar ? " Sem dúvida que estudar é função do estudante, mas há outra que é mais anterior — sua função de ser **humano** e **cidadão**, a despeito de todos os **papéis** que lhe **dêem** ou não maioridades convencionais.

Há uma coisa positiva na história das sociedades. É que aqueles que querem e devem participar não dependem da autorização de ninguém: põem-se, simplesmente, a participar e impõem aceitamos o fato da sua presença na cena das decisões. Assim, quando as estruturas de mando — que não devem ser confundidas com as lideranças executivas — lançam mão de estranhos recursos para repelir a participação dos estudantes em um dado processo social, têm a impressão de que estão conseguindo seu intento mas, na verdade, o que fazem apenas é protelar conflitos e carregar cada vez mais as nuvens para o futuro vendaval que se deverá abater, forçando a participação dos que a ela têm direito. Há uma grande lição a se tirar da História: “os autoritarismos nunca foram vitoriosos para sempre”.

Cabe, assim, às instituições sensatas e decentes, não cercearem o impulso de participação das forças estudantis. Cabe inclusive que levem em conta que o estudante que viveu a dimensão da sua luta, que batalhou na sutileza das causas sociais que lhe dizem respeito, será futuramente um cidadão mais preparado para o exercício do diálogo e para a maturidade dos cargos decisórios. Por estas razões voltamos a afirmar: a melhor escola do estudante é a da participação, e quando as estruturas lhe negam esse direito têm que assumir a responsabilidade por um primeiro atentado contra os pressupostos da Educação.

Não me deterei aqui a mencionar movimentos estudantis específicos, querendo dar ares de novidade a fatos já fartamente divulgados pelos meios de comunicação. Prefiro que este breve escrito seja uma reflexão sobre o sentido básico daquilo que tantos chamam de “participação estudantil” e, no entanto, parecem não entender daquilo mesmo que falam. Sim, porque não se **concede** ao aluno a **oportunidade** de participar; este é um **direito** seu que um mínimo de senso de justiça e reconhecimento humano procura não entrar.

Gostaria, porém, de não chegar também ao extremo de absolutizar a validade dos movimentos estudantis. Nem todos constroem. E é simples de entendermos porque: nem pelo fato de serem movimentos de juventude, nem pelo fato de serem lutas estudantis, estão eles dispensados de um mínimo de **inteligência** e de **decência** em sua conduta. Digo isto porque, ao longo de minha vida de 17 anos em meio universitário, já vi muitos estudantes se deixarem manipular indecentemente por forças estranhas à natureza de sua causa. Inteligência é o que se usa para não ser manipulado. Decência é o respeito básico pelo ser humano, do qual não há ninguém dispensado. Do ponto de vista antropológico, todo movimento que desrespeita o homem é, já de si, abortivo.

No mais das vezes, porém, o movimento estudantil é algo de muito positivo e formador, que atesta a vitalidade dos que preparam o amanhã e ainda não estão atados a vaidades e comprometimentos.

FUNÇÃO DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO HOJE

Jefferson Ildelfonso da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

1. DIVERSIDADE DE ABORDAGENS

A Filosofia da Educação traz em si uma complexa ambigüidade que se faz manifesta quer na busca de determinação de seu significado, quer no desenvolvimento

de sua prática. Tal ambigüidade se acentua pelo caráter polêmico e flutuante da Filosofia e igualmente da educação.

A Filosofia muitas vezes é considerada como o conjunto de conceitos sistematizados sobre temas básicos do homem, do mundo e de Deus, como fruto de uma reflexão crítica em busca da sabedoria. Doutra parte, é possível deter-se mais na própria atividade filosófica tentando enfatizar seu caráter reflexivo, crítico e radical.

Estes dois aspectos se opõem mutuamente enquanto o produto tende a se afirmar como acabado e como anulador do dinamismo da ação reflexiva. Ao mesmo tempo a ação tende a relativizar e até mesmo a esvaziar seu produto, pondo em risco a base histórica que a sustenta. Não basta salientar que o produto contém a ação produtora e que esta se define por aquela. É necessário desvendar a tensão que os liga, vendo-os em seu acontecer concreto e histórico: quais são os agentes da reflexão e que conteúdo é refletido.

A educação vive semelhante ambigüidade ora posicionando-se como relação interpessoal educador-educando para o desenvolvimento de ambos em vista da realização de um projeto humano definido por relações ideais, ora fazendo prevalecer o aspecto praticista de caráter mecanicista com ênfase no relacionamento de ordem técnica.

Os conflitos da Filosofia e da educação geram na Filosofia da Educação uma situação de verdadeira perplexidade, fazendo surgir variadas tentativas de solução na sua prática e desenvolvimento.

2. A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO COMO DISCIPLINA DE ESTUDO

Considerada como disciplina dentro de cursos de Pedagogia, Licenciatura ou Filosofia, a Filosofia da Educação é desenvolvida como estudo das idéias filosóficas acerca da educação, dando ênfase à Filosofia como produto. Outras vezes desenvolvem-se temas educacionais através de uma reflexão crítica e radical enfatizando a postura filosófica. Outras, ainda, tentando superar as limitações dessas abordagens, buscam centralizar o esforço sobre a educação como acontecimento concreto, fazendo desta a base problemática sobre a qual se elabora a reflexão filosófica para melhor compreensão do fato educativo. Neste sentido a Filosofia da Educação aparece como "reflexão rigorosa, radical e de conjunto sobre os problemas que a realidade educacional apresenta" (Saviani).

Esta terceira opção aparece como mais significativa enquanto responde melhor à proposta de busca de compreensão da educação, mas não se poderia considerá-la como esgotando todo o significado da Filosofia da Educação. Ela se aproxima da opção que busca desenvolver filosoficamente temas educacionais, enquanto seu enfoque é a educação, e a Filosofia como ação se faz mediadora para a compreensão dessa educação. Doutra parte, distancia-se dela enquanto não tem como preocupação elaborar uma teoria organizada sobre a educação. O que ganha de compreensão da realidade viva e concreta, perde de organização teórica. Com respeito à opção que estuda os sistemas filosóficos há um maior distanciamento, pois aí a Filosofia é vista mais diretamente como produto de teorias e não como processo e atitude.

Assim, esta terceira opção tem a vantagem de ser mais viva e dinâmica, mas corre o risco de perder a ligação histórica de uma produção acontecida no passado e transformada em produto que mantém suas ligações com as condições

materiais determinadoras dos problemas atuais da educação, e por isso mesmo, se tornam elementos que integram a realidade atual e que devem ser levados em conta para a verdadeira compreensão da realidade educacional.

Disso se conclui que optar pela busca, através da reflexão filosófica, da compreensão dos problemas educacionais se faz o caminho mais adequado na medida em que o ponto de encontro é a realidade educacional compreendida em toda a amplitude de sua concretude, isto é, enquanto ultrapassa sua dimensão empírica imediata e incorpora todas as suas ligações com o processo da sociedade concreta historicamente dada.

3. A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO COMO ATIVIDADE FILOSÓFICA

Podemos, no entanto, considerar a Filosofia da Educação como atividade filosófica independente de sua estruturação como disciplina de um curso. Neste caso, a Filosofia da Educação se vê a braços mais intensamente com todos os grandes problemas e desafios que envolvem a Filosofia hoje. Para ela se volta a pergunta fundamental: que sentido faz para o homem de hoje abordar a educação através de uma atitude filosófica que parece nada ter a ver com essa mesma educação como atividade chamada a colaborar no projeto concreto de uma sociedade? Com isso o que está em questão, além da educação, é o papel da Filosofia hoje. Para uma busca de caminhos de solução é necessário defrontar com estas duas outras questões: como a Filosofia pode deixar de ser **estranha** para o mundo de hoje com seus problemas concretos, e como pode ela se fazer **acessível**, não a uns poucos, mas a todos enquanto os problemas de hoje são problemas diretamente ligados ao conjunto dos homens e envolve a todos?

Quanto à primeira questão, a Filosofia se faz **estranha** ao mundo, não por desprezo ou descuido dos problemas dos homens e do mundo, mas por ter-se demonstrado insuficiente na compreensão desse mundo. Envolvido pelas implicações de uma sociedade cada vez mais limitadora e dominadora em sua estrutura e, simultaneamente, cada vez mais questionadora e alertadora com relação ao seu papel ativo e transformador, o homem de hoje exige que a abordagem de seus problemas não seja apenas iluminadora com explicações e interpretações racionais e lógicas, mas seja portadora de força ativa capaz de colaborar na transformação dessa realidade.

O idealismo que, ora mais ora menos, impregnou toda a tarefa filosófica do passado e, em grande parte, também a dos nossos dias, não é mais suficiente para dar conta da totalidade do concreto com seus problemas. O conhecimento da realidade, para ser realmente humano para além da simples empiria, exige a reelaboração dessa realidade pela razão que se dá pela reprodução intelectual. Este passo, apesar de fundamental, traz em si sérios riscos e pode tornar-se um processo de abstração e redução da realidade, típico do idealismo, trazendo deficiências graves enquanto a despoja de elementos temporais e históricos que, mesmo considerados "acidentais" na busca do conhecimento do "ser", dão o verdadeiro sentido concreto dessa realidade. Permanecer no plano da abstração constitui tentação idealista e o risco da Filosofia que se satisfaz com a interpretação do mundo.

É importante continuar e buscar a recuperação dos elementos "perdidos" pela recuperação da realidade em seus elementos concretos e históricos. Para isso, é necessário "compreender" a realidade em sua totalidade envolvendo todas as relações

com o processo histórico e com o conjunto das situações concretas e conflituosas, através da abordagem dialética. Essa nova abordagem da realidade não se dá mais pelo simples ato abstrativo da razão, mas implica a ação concreta, o envolvimento atuante que vai descobrindo todo o significado dela na práxis transformadora. Tal superação do idealismo traz a Filosofia para o âmbito dos problemas concretos que envolvem o homem hoje.

Quanto à segunda questão, a Filosofia torna-se uma tarefa de todos os homens enquanto não separa o pensar do agir e postula um agir transformador que só se pode dar enquanto imbuído e mantido organicamente pela teoria. O pensar específico filosófico não se dá à margem do pensar de todos os homens, mas bem ao contrário se insere na continuidade do senso comum dos homens. A superação necessária do pensar filosófico sobre o senso comum não o desliga de todo o pensar que já se dá na consciência imediata da ação concreta sobre o mundo. Assim o pensar filosófico não pode-se distanciar do pensar de todos os homens, tomando ao contrário seu sentido na dependência e na força organizadora sobre o pensar popular.

Com essa perspectiva a atividade filosófica sobre a educação, não só fica livre de uma dominação idealista da Filosofia sobre a realidade educacional, mas bem ao contrário se faz necessária para a compreensão plena da educação. A Filosofia da Educação se vê assim inserida no âmbito da ação transformadora do homem, hoje e na sua luta pela libertação.

NOTAS PROVISÓRIAS SOBRE UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Carlos A. Jales

Universidade Federal da Paraíba — João Pessoa

1. Parece um fato reconhecido que o homem é um ser de relação. Suas carências estão intimamente ligadas à sua necessidade de viver num grupo, de aprender com este grupo, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento e crescimento sociais. Isso quer dizer que a existência humana é o fenômeno central do viver. O viver precede qualquer reflexão, a existência é o núcleo em torno do qual deve girar a procura da afirmação do homem.

2. Se a existência precede a "essência", se o ato de experienciar a própria vida está na raiz de qualquer análise sobre o homem, qualquer que seja a dimensão que tome: econômica, política, religiosa, antropológica, isso não quer dizer, em absoluto, que se esteja falando de um "homem" abstrato, que se esteja elaborando uma imagem de homem que não passa de uma ficção, pois calcada num modelo idealista, como se houvesse um homem universal, ou uma única concepção de homem.

3. Reconhecer a precedência da existência é reconhecer imediatamente que o homem é um ser situado, datado e etiquetado. Não se trata de um ideal de homem, como na filosofia essencialista, mas de um homem vivendo dentro de certas e determinadas coordenadas. Isso significa que o homem é histórica e geograficamente limitado, vive dentro de uma sociedade (onde se completa e completa os outros), é um prolongamento da natureza, está em relação com esta através dos climas, rios, mares, ventos, montanhas, sofre sua influência e modifica seus cursos. A natureza (mundo no seu mais amplo sentido) sem o homem perde o sentido, ao mesmo

tempo que o homem se completa pela natureza. Seu corpo é a maneira como ele se "mostra" ao mundo, o canal pelo qual ele se relaciona com os outros elementos da natureza.

4. Sendo a educação tradicionalmente reconhecida como a ação de uma geração sobre outra, com o objetivo de perpetuar os valores sociais, tem sentido perguntar de que sociedade e de que valores se está falando. A sociedade e os valores não existem num vazio, mas estão relacionados com o que se falou acima, ou seja, com uma situação histórica e geograficamente determinada. Isso leva a supor que a educação é um modo, um processo pelo qual os membros de certo grupo social assimila, vive e vivencia os valores, símbolos e dados que em última hipótese mostram qual a imagem de homem veiculada dentro deste grupo.

5. Uma filosofia da educação refletirá necessariamente (historicamente) o modo pelo qual o grupo (sociedade) percebe o homem. Nunca é demais insistir que a sociedade vai perceber certo homem, certa imagem de homem, de acordo com os valores e sentimentos que circulam no seio do grupo. Ainda aqui é preciso estar atento para perceber que esta imagem de homem (no caso da filosofia da educação, a imagem do educando), é apenas o aspecto exterior do **sentido** que circula no interior da sociedade. E o sentido é determinado, pelo menos condicionado pelas múltiplas variáveis que formam o social: a variável econômica, a variável histórica, a variável religiosa, a variável ecológica, a variável política. Dir-se-ia que em determinada época o homem é visto e analisado à luz do privilegiamento do econômico, noutra o privilegiamento pode estar ligado ao político, noutra ao religioso, e assim por diante. No pós-guerra, só para dar um exemplo, o privilegiamento e a ênfase foram dados à existência, como forma de reação ao pessimismo, à ameaça do autoritarismo à destruição, à morte, e à dor característicos da época.

6. A filosofia da educação (qualquer que seja o sentido que se dê a esta expressão) deve estar atenta para não perder de vista este aspecto, pois a sociedade vai exigir da educação e dos educadores uma resposta ao modelo de homem que esta mesma sociedade construiu. Contemporaneamente, por exemplo, no mundo ocidental, o modelo de homem que a sociedade vem exigindo da educação tem sido o modelo do capitalismo. A educação deve preparar indivíduos perfeitamente adaptados para que o capitalismo possa sobreviver. Para isto é necessário entenda a pessoa, perceba e viva os símbolos que a sociedade do capital aceitou como os melhores. E, se a finalidade da pessoa é produzir, necessário se faz um esforço da educação, no sentido de que ela, a educação, "forme" para a docilidade, a obediência, o ajustamento. Não é por outra razão que as empresas e a escola, como principal agente da educação formal, dão tanta importância e promovem tantos cursos de "dinâmica de grupo", de "relações humanas", de "melhoria no trabalho", de "treinamento de recursos humanos". Tudo isso tem como finalidade "ajustar" o indivíduo às normas "racionalis" da produtividade.

7. Numa sociedade voltada para a produção, todos os meios estão a serviço de seu ideal: preparar pessoas mais e mais convencidas que trabalham para o "bem geral", para a "comunidade". O ideal de obediência e passividade tem necessidade de instrumentos que introjetem esses ideais. A televisão, por exemplo, pode estar a serviço de um grande projeto de homogeneização da cultura, através do desconhecimento das diversidades lingüísticas nacionais, das múltiplas manifestações folclóricas, religiosas, populares. O importante é dar a impressão de que se está

mostrando um país único, socialmente monolítico, onde as regiões não existem, e onde o respeito às peculiaridades regionais simplesmente não são levadas em conta. É a homogeneização a serviço da hegemonia.

8. Depois dessas considerações, pode-se perguntar o que significa ter uma filosofia da educação. E a resposta só pode ser coerente com a reflexão presente. Formular uma filosofia da educação significa “debruçar-se” sobre os valores da sociedade e entender seu sentido. Significa “viver” a filosofia antes de formulá-la, vivenciá-la e experienciá-la antes de dissertar sobre ela. Ou melhor: dissertar ao mesmo tempo em que se pratica a filosofia, que não deve nascer de mera especulação cognitivista, mas deve ser o resultado de um processo, freqüentemente tortuoso. O (dis)curso pode ser o curso.

9. De acordo com o que foi dito, uma Psicologia da educação não poderá ser simples estudo de um homem, de uma criança, de um adolescente, de uma personalidade, mas deverá falar de um homem determinado, de uma criança em situação, de um adolescente com seus problemas, de uma personalidade dentro do social. Numa palavra: um estudo de pessoas situadas e datadas: um nordestino, um sulista, um branco, um negro, um operário, um agricultor, um homem, uma mulher. Certos livros de psicologia dão a impressão de o indivíduo que estuda não passar de uma figura de romance, tal a “universalidade” de suas características.

10. Numa Psicologia da Educação, dentro de um curso de Pedagogia, o programa em geral, o conteúdo, os objetivos, os recursos instrucionais devem surpreender um aluno bem concreto, vivendo uma situação bem definida. Aluno que freqüentemente nunca disse “sua palavra”, porque nunca lhe perguntaram nada. Para isso é preciso que o professor esteja desarmado de (pre)conceitos intelectualistas que freqüentemente distorcem e deformam a percepção do processo educacional. Mais ainda: é preciso munir-se, paradoxalmente, de um não-método, para deixar a contradição aparecer, não pelo amor da contradição pela contradição, mas para que a partir dela, se possa chegar à sua superação.

11. A escolha de um não-método significa que o professor deve-se permitir e permitir aos outros experienciarem o conflito, viver a riqueza do conflito. Não se trata de adotar um conflito estéril, mas aceitar e estimular situações em que posições divergentes aflorem, para que o pensamento, recuando e avançando, possa resolver seus problemas. Uma Psicologia da Educação que se comporta como se o educando vivesse num mundo sem contradições, é uma psicologia que tende para a morte, pois retira de uma pessoa “situada” e “datada”, a possibilidade que ela tem de se construir.

12. Adotar um não-método significa, em última análise, ter objetivos provisórios, abandonar a atitude de segurança e certeza tão comum em educação, desconfiar do estabelecido como verdadeiro, apoiar-se na experimentação como fonte de autoridade, sem contudo desprezar o referencial teórico. O filósofo ou o psicólogo da educação, suspeitarão sempre do credo pedagógico, das grandes verdades “naturais”, das explicações culturais que escondem freqüentemente a dominação e a manipulação. Não basta, porém, pronunciar um discurso progressista, cheio de boas intenções. É necessário que a prática pedagógica confirme este discurso, mesmo nas mínimas coisas em que o pedagogo está envolvido. Do mesmo modo, não é uma legislação exuberante que resolve as contradições. A educação tem caído no erro de mascarar os conflitos, a dominação de uma classe sobre outra, através de uma febre legiferante que só agrava a dominação.

13. Qual a visão que o psicólogo da educação tem do educando? Ao responder a esta pergunta, o psicólogo terá esboçado um roteiro de sua prática. Objetivos, metas, recursos, tecnologias, avaliação, exames, decorrem desta resposta e são imediatamente relativizados, até mesmo desmistificados. Para ficar só com um exemplo, os objetivos de um programa de psicologia da educação deveriam estar no fim, ser o coroamento de um curso, não o seu início. A caminhada é que iria explicitando os objetivos a alcançar, pois o professor não os teria "a priori", como depósito ao qual ele recorre, ou como receita mágica aplicável a todas as situações.

14. Se valorizar é não ficar indiferente, é na valorização do educando como pessoa que vive, sente, sofre, luta, avança, recua, e no debruçar-se sobre este sujeito, que reside a verdadeira Filosofia da Educação, início, meio e fim de todo processo educacional.

CRÔNICA

DEFESAS DE TESE:

1 – "OS BISPOS E A POLÍTICA NO BRASIL"

Em seis de abril deste ano, o Curso de Pós-Graduação em Filosofia recebeu o Prof. João Francisco Regis de Moraes (PUC-Campinas) para defesa de tese (dissertação de mestrado) na área de Filosofia Social.

A referida tese teve como título acadêmico **O pensamento social da CNBB – levantamento e interpretação de seus aspectos centrais**. É um trabalho de 194 páginas sobre a vida e o pensamento do episcopado brasileiro, que focaliza o segmento histórico 1968 – 1980 (de Medellín ao ano de término da pesquisa).

Examinaram o trabalho do Prof. Regis: Dr. Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP), Dr. Antonio Joaquim Severino (PUC-São Paulo e Campinas) e Dr. Rubem Alves (UNICAMP), que conferiram à pesquisa e à defesa da tese nota máxima por unanimidade.

O acontecimento muito alegrou o Instituto de Filosofia e Teologia, devendo o texto ser publicado em livro pelas Editoras Autores Associados e Cortez (com previsão de lançamento para outubro do presente ano). Título do livro: **Os Bispos e a Política no Brasil**.

2 – "VICENTE FERREIRA DA SILVA TRAJETÓRIA INTELCTUAL E CONTRIBUIÇÃO FILOSÓFICA"

Tese de livre-docência da Profa. Constança Marcondes César, defendida no dia 30 de maio de 1981, na PUCC: "Vicente Ferreira da Silva – Trajetória intelectual e contribuição filosófica".

Constituíram a banca examinadora os seguintes membros: Dr. Miguel Reale (presidente); Dr. Shozo Motoyama (secretário), Dr. Rubem Alves, Dr. Milton Vargas, Dr. Leônidas Hegenberg. Como membro suplente, Dra. Creusa Capalbo.

O estudo do pensamento de Vicente Ferreira da Silva teve por objetivo indicar os marcos da trajetória intelectual realizada pelo autor, com a finalidade de apreciar o alcance de sua contribuição filosófica.